

O LUGAR DO TRABALHO PARA JOVENS EGRESSOS DO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE

THE POSITION OF WORK FOR YOUNG PEOPLE
GRADUATE/QUALIFIED IN *CONSÓRCIO SOCIAL DA
JUVENTUDE*

Mariléia Maria da Silva
Pâmela Regina Jung
Letícia Vieira
Universidade do Estado de Santa Catarina

RESUMO

O presente artigo tem como propósito refletir sobre os percursos profissionais de egressos do Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis, programa vinculado ao governo federal com vistas à qualificação e inserção profissional dos jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Procuramos apreender as experiências e expectativas que configuram a percepção dos jovens egressos a respeito do universo do trabalho e sua condição de trabalhador. Buscamos ainda explicitar as possibilidades de inserção profissional para as jovens cuja experiência laboral dá-se em concomitância ao exercício da maternidade precoce. Os principais resultados indicam a fragilidade e precariedade a que estão sujeitos os jovens em relação ao trabalho, de maneira particular as mulheres, que vivem uma espécie de “moratória profissional”, expressão da ausência de políticas universalistas, seja no campo da educação, seja no campo do trabalho.

Palavras-chave: Jovens; Trabalho, Maternidade precoce.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on professional career of young people who acquired some professional instruction in “*Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis*”, a program linked to the Brazilian federal government with view to training and occupational integration of young people considered at “risk situation and social vulnerability”. We intend to capture the experiences and expectations that configure the perception of young people about the universe of work and their condition as employees. We also intend to clarify the possibilities of professional insertion to the young women whose laboring experience began at the same time with the early motherhood. The main results indicate the fragility and precariousness in which the young people are subject in relation to the work, especially the women, living a sort of “professional moratorium”, expression related to the absence of universal politics in the field of education and work.

Key-words: Young people; Work; Early motherhood.

Introdução

Desde as últimas décadas do século XX, vivemos a configuração de um padrão de acumulação capitalista marcado pela flexibilidade como forma de atender às novas necessidades do capital. Isso se explica pelo esgotamento do modelo taylorista-fordista, que se caracterizava pela presença do proletariado industrial, fabril, especializado, manual, com contrato de trabalho formal e alguma chance de estabilidade, ainda que reservado a certos núcleos do operariado urbano industrial. Com o novo regime, esse perfil de trabalhador vem sendo substituído por formas mais desregulamentadas de trabalho, dentre as quais: a terceirização, o tempo parcial e, sobretudo, a informalidade (ALVES e ANTUNES, 2004).

Os autores observam também o aumento significativo do trabalho feminino, especialmente dentre os que se caracterizam pelo *part-time* e em condições precárias. Tal expansão é acompanhada pelo decréscimo dos direitos trabalhistas, além de a remuneração das mulheres ser, em média, inferior àquela que recebem os homens.

Nesse cenário, o setor de serviço é o que mais cresce, incorporando, em alguma medida, parcelas de trabalhadores expulsos do setor industrial. Essa relação de expulsão ou exclusão de um setor para incluir-se em outro – este último anunciado como a alternativa perante os altos índices de desemprego deixados pelo setor industrial – está construída sob a retórica de que o setor de serviço é próprio do processo de modernização tecnológica, no qual há espaço para os trabalhadores dispostos a aderirem às novas qualificações exigidas, bem como aos que “adotarem” atitudes “empreendedoras”. Dentro dessa lógica, produz-se o discurso de que os jovens e as mulheres seriam “naturalmente” mais aptos aos novos empregos, mediante suas supostas capacidades flexíveis e adaptativas ao novo.

Compondo o setor de serviços, e acompanhando as novas formas de gestão do trabalho, presenciamos o surgimento do chamado “terceiro setor”, engendrado como alternativa de ocupação vinculado às empresas com valores não mercantis, originárias, sobretudo, das Organizações Não Governamentais (ONGs) (MONTAÑO, 2008). A rigor, cumpre o papel de incorporar parte dos trabalhadores dispensados do mercado de trabalho formal, tendo como público-alvo os

trabalhadores considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Expressão sinuosa que em momento oportuno deste artigo será problematizada.

Partindo dessa perspectiva, consideramos que os jovens compreendem um dos segmentos de trabalhadores mais atingidos por esse novo padrão, sobretudo quando se trata de jovens oriundos das camadas ou frações da classe de trabalhadores assalariados, cuja reprodução da vida se dá de maneira precária (SILVA, 2012). Podemos dizer que eles estão experimentando o processo de destruição daquilo que serviu como referência na construção da identidade do trabalhador assalariado de outrora, ou seja, o emprego formal, a possibilidade de carreira e outros atributos próprios ao padrão taylorista-fordista. Para utilizar uma ideia de Sennett (2003), trata-se de uma geração que vive à deriva, ou nas palavras de Frigotto (2011, p.183), em alusão ao termo usado por Viktor Frankl: uma juventude com a vida “provisória e em suspenso”. É nesse sentido que as “soluções” apresentadas, em certa medida, operam tanto no fortalecimento do discurso do investimento individual (cada qual deve buscar a sua empregabilidade) quanto no direcionamento de parcerias entre a sociedade civil, representadas pelas ONGs, e o Estado, para atender especialmente aos jovens considerados em situação de “risco social”.

Conforme Silva e Andrade (2009), um amplo processo de diálogo tem início no Brasil, a partir de 2004, em que é notório o entendimento por parte do governo e dos movimentos sociais sobre a necessidade de se implantar uma política de juventude no país. No momento supracitado, o que parecia estar em jogo era a árdua tarefa de pensar políticas que objetivassem a cobertura em relação às diversas situações de “vulnerabilidade e risco social” apresentadas para os jovens, bem como possibilitassem oportunidades de inserção social com vista ao processo de integração nas diversas esferas sociais.

Mediante o exposto, temos como questão norteadora do presente estudo qual a compreensão, por parte dos jovens egressos do Consórcio Social da Juventude da Região da grande Florianópolis – Aroeira, acerca de sua inserção profissional, e em que medida as ações desenvolvidas pelo referido programa contribuíram para esse processo. Este artigo tem como propósito refletir

sobre os percursos profissionais dos egressos desse programa, vinculado ao governo federal, cujo objetivo consiste em promover a qualificação dos jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”, visando sua qualificação e inserção profissional. Procuramos apreender as experiências, necessidades e expectativas que configuram a percepção dos jovens egressos a respeito do universo do trabalho e sua condição de trabalhador. Buscamos, ainda, explicitar em que medida a estrutura familiar dos sujeitos investigados interfere no processo de sua inserção profissional, especialmente para as jovens cuja experiência laboral dá-se em concomitância ao exercício da maternidade precoce¹².

Cabe-nos destacar aqui alguns dados sobre o “Consórcio Social da Juventude”, na Grande Florianópolis, e a metodologia na elaboração da pesquisa. O “Consórcio Social da Juventude” é uma ação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), hoje extinto, que recebeu a denominação de “Projeto Aroeira”, vinculado ao Centro Cultural Escrava Anastácia¹³, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A qualificação profissional desses sujeitos foi realizada por meio de atividades que os capacitassem para atuar em alguns segmentos do mercado de trabalho. No elenco dos cursos ofertados encontram-se: Confeção e Moda, Agentes de Comunicação, Agentes de Inserção, Soluções de Informática, Panificação, entre outros.

A coleta de dados para a pesquisa que deu origem ao presente artigo foi realizada no decorrer do ano de 2009, constituindo-se em duas etapas. Em um primeiro momento, usamos um questionário estruturado a fim de obter informações pessoais, tais como idade, escolaridade do jovem, dos pais, número de irmãos e de filhos, entre outras. Posteriormente, realizamos entrevistas individuais, semiestruturadas, utilizando como procedimento de sistematização e análise dos dados as categorias trabalho, qualificação

profissional, família e escolaridade, com o fito de apreender a concepção dos jovens sobre o universo do trabalho em geral e sua condição de trabalho em particular. Foram entrevistados 11 jovens, dos quais três homens e oito mulheres. O contato foi feito a partir de informações coletadas com monitores e outros profissionais da entidade executora do Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis, que facilitaram o acesso a alguns egressos e, a partir desses, outras indicações foram obtidas.

O lugar do trabalho e da formação escolar na vida dos jovens

A pesquisa realizada com os 11 jovens trabalhadores egressos do Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis tomou como fio condutor o trabalho. Esse, por sua vez, entendido, quer na sua acepção restrita, relacionada ao cargo e vínculo empregatício, quanto em sua dimensão mais ampla, compreendido como atividade fundante do ser social e, portanto, considerado como categoria analítica chave para a compreensão das relações sociais. Assim, apoiando-nos em Marx, entendemos que:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, afim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1988, p.142).

Na perspectiva marxista, é no intercâmbio entre homem e natureza que a produção e reprodução da vida se processam. O trabalho é o fenômeno originário da formação do homem enquanto ser capaz de viver, criar e recriar sua existência, porque opera conjuntamente pela transformação da natureza, pelo trabalho e pela aquisição de conhecimento. No entanto, sob o modo de produção capitalista, o trabalho termina implicando a expropriação dos trabalhadores autônomos de seus meios de produção, na concentração desses meios nas mãos de poucos proprietários, e na

12 Algumas das reflexões integrantes no presente artigo são provenientes de pesquisas sob a coordenação da Profa. Dra. Mariléia Maria da Silva, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

13 “O Centro Cultural Escrava Anastácia é uma organização não governamental sem fins econômicos, que tem por objetivo a atuação educativa, em rede, junto a comunidades empobrecidas, tendo como sudeadores o compromisso com o cuidado com a vida, a desconstrução de subalternidades e o pensar e agir a partir das margens”. Disponível em: <http://ceea.org.br/blog/>. Acesso em 30/07/2012.

divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Convém-nos reiterar que, no capitalismo, o sentido ontológico de formação humana e fonte de conhecimento (trabalho concreto) torna-se fonte de exploração e alienação do homem, ou seja, um trabalho abstrato que impede o homem reconhecer-se no seu trabalho e desenvolver suas capacidades criadoras.

O fato de hoje vivermos sob a predominância de um novo padrão de acumulação capitalista fundamentado em bases mais flexíveis, em contraposição à rigidez do modelo taylorista-fordista (HARVEY, 1994), não implica o esfacelamento do sistema sociometabólico do capital (MÉSZA-ROS, 2002). Bem como não está em questão o trabalho em sua dimensão ontológica e, portanto, como categoria analítica central para a compreensão da sociedade.

Na perspectiva estrita do emprego, sob condição de força de trabalho assalariada, os dados sobre o trabalho para os jovens, conforme já anunciado, vêm configurando-se de maneira crescentemente desfavorável. Os dados do DIEESE (2011), segundo a escolaridade, apontam que a distribuição dos ocupados que recebem até um salário mínimo como rendimento mensal em 2009, é de 71% para os que detêm até o ensino fundamental completo. Ainda conforme a mesma fonte, a distribuição da população jovem de 16 a 29 anos, segundo situação de trabalho e estudo no Brasil, em 2009, apresenta-se da seguinte forma: 17,9% estuda e trabalha e/ou procura trabalho; 55,2% só trabalha e/ou procura trabalho; 13,5% só estuda; 13,4% refere-se a “outra opção”. Somando os que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho com os que apenas trabalham, temos um percentual de 72,2% de jovens envolvidos com trabalho.

Para Barbosa et al. (2008), a carência financeira familiar é o fator determinante para a busca pelo primeiro emprego juvenil. Corrochano (2008), ainda que não considere a pobreza como único fator predominante no que diz respeito à urgência dos jovens em trabalhar, afirma que a juventude pobre começa a trabalhar mais cedo e, em muitos casos, abandona os estudos.

A trajetória escolar desses jovens, frequentemente interrompida, não pode ser percebida como um ato de desconsideração sobre o valor da escola, sobretudo quando creditam aos estudos a possibilidade de ascensão social. De acordo com Paixão (2005, p. 149):

Há evidente relação entre capital escolar dos pais e chances de sucesso escolar dos filhos. Pais mais escolarizados têm mais capital cultural, compreendem o sistema educacional, fazem escolhas sobre o tipo de instituição e de professores que propiciam escolaridades consideradas de sucesso para seus filhos [...]. Há um outro fato menos explorado: os filhos tendem a ver a escola influenciados pelo olhar e sentimentos que os pais lhes transmitem de sua própria passagem pelo sistema de ensino.

A autora também afirma que as camadas sociais não dominantes têm dificuldades de seguir uma trajetória escolar regular e longa, pois dependem de pré-requisitos que estão fora de seu universo cultural. Visto isso, e tomando como ponto de partida para análise o nível de estudo alcançado pelos pais dos jovens por nós investigados, torna-se possível afirmar que a falta de escolaridade dos genitores tem implicações diretas na formação escolar dos filhos. Conforme a Figura 1:

Quadro 1 – Escolaridade dos pais de acordo com a amostra de jovens entrevistados

Entrevistado	Pai	Mãe
Leonardo	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto
Maria	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo
Antônio	Ensino Médio Completo	Ensino Fundamental Incompleto
Ângela	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto
Amanda	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo
Larissa	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto
Rafaela	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo
Clarissa	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo
Luana	Ensino Fundamental Incompleto	Analfabeta
Marli	Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto
Anselmo	Não respondeu	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: Elaboração das autoras.

A ausência desse capital cultural institucionalizado¹⁴ certamente terá consequências na qualificação profissional dos jovens. Contudo, ainda que essa perspectiva ajude a entender a desigualdade social, não pode ser tomada como pressuposto para explicá-la. Aderir precipitadamente a essa única vertente significa simplificar a discussão. É preciso, concordando com Segnini (2000, p. 79), ultrapassar a visão instrumental entre educação e trabalho e entender que:

As contradições [...] sobre a relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho (e do desemprego) possibilitam, em primeiro lugar, reafirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades.

Nesse sentido, cabe salientar que esses jovens são forçados a entrar precocemente no mercado de trabalho devido ao imperativo social de terem que prover o próprio sustento imediato, e em muitos casos, o sustento familiar, assim como são diuturnamente constrangidos a adentrarem no mundo do consumo de bens e serviços ligados ao segmento juvenil. Entre outros prejuízos, essa antecipação compromete a formação escolar. O precoce abandono da escola e/ou a dificuldade de continuidade do percurso escolar básico são facilmente evidenciados ao efetuarmos uma análise, ainda que superficial, acerca dos dados colhidos na pesquisa. Dos 11 jovens entrevistados, apenas quatro concluíram o ensino médio, e somente dois relataram ter ingressado no ensino superior, conforme figura abaixo:

Quadro 2 – Escolaridade da amostra de jovens entrevistados¹⁵

Entrevistado	Escolaridade
Leonardo	Ensino Médio Incompleto
Maria	Ensino Médio Completo
Antônio	Ensino Médio Completo
Angela	Ensino Médio Incompleto
Amanda	Ensino Médio Completo
Larissa	Ensino Fundamental Incompleto
Rafaela	Superior Incompleto
Clarissa	Ensino Médio Completo
Luana	Ensino Fundamental Incompleto
Marli	Ensino Médio Incompleto
Anselmo	Superior Incompleto

Fonte: *Elaboração das autoras*

Além do que diz respeito ao campo econômico e a influência que o capital cultural familiar exerce sobre a escolarização desses sujeitos, precisamos dar ênfase a um elemento que, embora considerado relevante no que concerne à abordagem dos motivos da pouca escolaridade dos jovens pobres, é pouco problematizado: trata-se do conflito entre as práticas socializadoras das instituições educacionais e as práticas socializadoras das famílias pertencentes às camadas sociais consideradas pobres. Sobre essa relação conflituosa, Thin (2006, p. 212) afirma que:

As relações produzidas pela escolarização revelam sujeitos sociais cujas práticas socializadoras são muito diferentes, frequentemente contraditórias, entretecidas por lógicas antinômicas: de um lado, os professores, cujas lógicas educativas fazem parte daquilo que chamamos modo escolar de socialização; do outro, famílias populares com lógicas socializadoras estranhas ao modo escolar de socialização. Não é, portanto, somente o capital cultural ou o capital escolar que estão em jogo; é o conjunto das práticas socializadoras das famílias que estão implicadas nas relações entre os pais e os professores, e essas práticas devem ser compreendidas por sua distância do modo escolar de socialização, mais do que pelo capital escolar dos pais.

Thin (2006), ao discorrer sobre a origem dos conflitos presentes nesta relação, afirma que as práticas e lógicas escolares tendem a se impor às famílias populares. Além disso, aborda fatores

14 Este estudo toma como base os conceitos formulados por Pierre Bourdieu, para o qual o **Capital Cultural Institucionalizado** é aquele adquirido através da posse de títulos e certificados escolares. Cf. Nogueira et al. (1998).

15 Para preservar a identidade dos (as) entrevistados (as) optamos por utilizar nomes fictícios.

que dificultam estas relações, visto que, segundo ele, os pais dominam mal as regras da vida escolar, e, principalmente, têm um sentimento de ilegitimidade de suas práticas e de legitimidade das práticas dos professores.

Cabe-nos ressaltar, ainda, a análise realizada pelo autor acerca da diferença existente entre a temporalidade pertencente a cada um destes polos: composto pela escola, de um lado, e pelas famílias de origem popular de outro. A escola pertence a “um mundo de regularidade temporal, marcado tanto pelos horários e calendários escolares como pela sucessão de atividades pedagógicas organizadas de acordo com os empregos do tempo” (THIN, 2006, p. 220). No caso das famílias alijadas da sociedade salarial¹⁶, verifica-se uma ausência de divisão temporal pelo trabalho ou “as temporalidades de um trabalho errático conduzem, às vezes, a temporalidades simples ou arrítmicas, atropeladas de vez em quando por urgências ligadas à fragilidade da existência, e que se harmonizam mal com as temporalidades escolares” (p.220).

Segundo argumentação do autor, tais famílias estariam, por assim dizer, subjulgadas a “viver cada dia com sua agonia” (p. 220), condição que as impede de certas formas de planificação e antecipação da existência e na qual teriam espaço apenas as urgências da vida. Certamente, no rol de prioridades e urgências, a escola não encabeça a lista.

Pela análise do perfil dos jovens egressos do Consórcio Social da Juventude entrevistados, constatamos tratar-se de trabalhadores, cujas experiências profissionais disputam espaço com o ensino formal. Em outras palavras, apenas três deles conseguiram concluir o ensino médio, mas labutam pela sobrevivência desde muito cedo, e sob as mais adversas formas, visto que tiveram trajetórias sociais sempre marcadas pela precariedade. A comprovação mais imediata disso é que as experiências de trabalho se iniciam entre sete e 16 anos. E conforme as falas:

Então eu sempre corri atrás de muita coisa assim pra eu nunca ficar meio parado. Acho que até por isso não consegui terminar meu estudos nada, depois tive que sair do colégio pra trabalhar, até por

motivos... sei lá, fúteis no caso, que não vêm ao caso agora, mas acho que, sei lá (LEONARDO, 22 anos).

Depois eu saí da firma, né? Eu saí. Que daí eu queria estudar. Eu queria vim pro IPC, estudar e continuar trabalhando, né? Daí eu tive até que sair daqui, pra poder começar a trabalhar. E pra porque daí ficava muito difícil pra mim estudar e trabalhar e vim pra cá, né? Daí eu só fiquei com trabalho e estudando. Foi onde eu terminei o Ensino Fundamental (ÂNGELA, 19 anos).

A responsabilidade como trabalhadores se impõe tanto pelas necessidades materiais visíveis, quanto pela condição de genitores que se estabelece precocemente. Dos 11 entrevistados, apenas dois não tinham filhos. Situação agravada quando cotejada com a baixa renda individual, e mesmo familiar.

Sobre o trabalho atual, apenas duas jovens disseram não trabalhar no momento da entrevista – embora ambas estivessem procurando emprego. A primeira, por estar grávida e ter “concluído” que “ninguém dá emprego pra grávida”. A segunda, por ter muitos filhos e não conseguir um “emprego de meio período” que permitisse ser conciliado com a rotina doméstica. Essa vive de doações e do benefício concedido pelo programa “Bolsa Família”. Os demais trabalhavam e, dentre esses, três desempenhavam atividades em cooperativas, correspondente ao curso realizado durante o consórcio.

A maior parte desenvolve/desenvolve atividades com exigência mínima de conhecimentos. Em sua maioria, os trabalhos desempenhados pelos jovens ligam-se aos setores de serviços: vendedora de jornais, secretária, atendente, serviços de limpeza, construção civil, informática, carregamento de carrinho de supermercado, estágio, monitoria etc. Trata-se de empregos que oferecem pouca ou nenhuma estabilidade, e, em muitas situações, são desenvolvidos em condições precárias e em troca de salários degradantes.

Pela análise das entrevistas, consideramos que o trabalho para esses jovens pode ser analisado a partir de duas perspectivas que se encerram por elementos de afirmação e negação. De um lado, “a desistência do trabalho”, expressão do sentimento de impotência diante das adversida-

16 O autor faz referência às discussões de Castel sobre a sociedade assalariada. Cf. Castel, 1998.

des às quais são diuturnamente submetidos. De outro, “a resistência no trabalho”, tido como lugar de aprendizagem, de realização e crescimento pessoal. Em outros termos, os jovens tendem a negar, a desistir do “trabalho abstrato” com todas as agruras já reservadas a eles, mas não negam o ato laboral como constituinte do ser social. Assim, a resistência está exatamente em querer, pelo trabalho e no trabalho, aquilo que lhes dá sentido a vida. Os depoimentos a seguir são emblemáticos nesses aspectos:

O forçado é ter que fazer o que eles querem, é cansativo, muitas horas de trabalho, eles te pagam por uma função, mas eles te colocam em várias funções que não tem nada a ver, mas tu tens que fazer, senão tu perde o emprego, [...] . É muito pesado, muito cansativo, muito cliente, vai até de madrugada, às vezes não tinha ônibus, tinha que dormir em qualquer lugar, ir a pé pra casa sozinha. (MARIA, 19 anos).

Ah!... gostaria de crescer... Crescer... (MARIA, 19 anos).

Eu passei por muita coisa na vida... então assim.. eu tava ali.. eu queria aprender... e queria aprender... até porque meu pai fazia umas coisas... ele era eletricitista, aí eu falei “ah!, o negócio é o seguinte: se for pra mim ficar aí como servente, não adianta cara”. Aí o cara me despediu! Acredita? O cara me mandou embora (JOÃO, 22 anos)

Mas precisamos ponderar, conforme Rummert (2008), que as políticas destinadas aos jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados têm operado pela construção e manutenção de uma hegemonia que preserva a atual divisão social do trabalho. Ou seja: “não é outra a razão pela qual as forças dominantes se valem, permanentemente, de estratégias de conformação à ordem e de captura das aspirações e reivindicações da classe trabalhadora, muitas vezes, organizativas de movimentos sociais, com o fito de manter em níveis satisfatórios a situação de controle social” (RUMMERT, 2008, p.178).

Compreendemos que as “ditas” políticas públicas para a juventude, especialmente aquelas relativas ao processo de inclusão social, seja pelo trabalho ou pela ampliação do nível de escolari-

dade, indicam um interesse muito maior à manutenção de uma determinada ordem social do que a busca por caminhos em que se vislumbre a perspectiva da emancipação humana. Um exemplo disso pode ser percebido quando analisamos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mais precisamente o artigo 403, que veta o emprego de menores de 16 anos de idade, e impõe o mínimo de 14 anos para as atividades de aprendiz. Mesmo assim o país registra altos índices de trabalho infantil informal e ilegal. Segundo Corrochano (2008, p. 19):

pouquíssimos os jovens entre 14 e 15 anos que se encontram em uma relação de aprendizagem formalizada. A quase totalidade do grupo de quase um quarto (23%) dos indivíduos dessa faixa etária inseridos no mercado de trabalho estão, portanto, em situação ilegal.

Os relatos dos jovens entrevistados permitem-nos a confirmação desta afirmativa: muitos deles relataram que já trabalhavam em estágios ou empregos informais antes de conhecer o “Projeto Aroeira” ou mesmo depois.

Então pra falar bem a verdade eu já trabalho há muito tempo [...] bem antes de completar minha idade eu já trabalhava carregando carrinho lá em baixo, de supermercado, ajudando o pessoal na feira, sempre procurando fazer alguma coisa pra que ajudasse em casa, que sete irmãs não é brincadeira, né? (LEONARDO, 22 anos).

Ah, eu comecei a trabalhar desde os meus quinze anos cuidando de uma senhora de idade, ela faleceu (MARLI, 26 anos).

Percebemos com isso que a função do estágio deixa de ser um momento de aprendizado e experiência para tornar-se uma fonte de renda que possibilite ao jovem satisfazer suas necessidades. Muitos dos jovens entrevistados justificaram sua procura por um emprego a partir do fato de que necessitavam garantir sua autonomia financeira, bem como pela urgência de sustento material. As formas como ingressam no mercado de trabalho e nele permanecem, mesmo após se beneficiarem do “Projeto Aroeira”, são reveladoras de uma condição que tende a perpetuar-se. A série de depoimentos a seguir é bem ilustrativa:

O forçado é ter que fazer o que eles querem, é cansativo, muitas horas de trabalho, eles te pagam por uma função, mas eles te colocam em várias funções que não tem nada a ver mais tu tens que fazer se não tu perde o emprego, e é isso, algo cansativo assim, não é tão merecedor, mas tens que trabalhar porque precisas de dinheiro. [...] o que eu menos gostei em restaurante. É muito pesado, muito cansativo, muito cliente, vai até de madrugada, às vezes não tinha ônibus, tinha que dormir em qualquer lugar, ir a pé pra casa sozinha, não combinava (MARIA, 21 anos).

Uma coisinha melhor no momento que não limpe chão. Pode ser qualquer coisa. Pra mim. Recepcionista. Qualquer coisa menos que não limpe chão. É uma coisa melhor. [...] Ah, em qualquer coisa. Só não de limpeza mais. [...] Porque a limpeza é muito humilhado. Nunca “tá” bom e as pessoas humilham muito. Entendesse? (MARLI, 26 anos).

Salientamos que a análise aqui empreendida sobre a relação entre jovens, trabalho e educação toma como fundamento as dimensões de classes e frações de classes sociais. Isso posto, afirmamos que o referencial teórico-metodológico por nós assumido tem como propósito descrever o particular, porém explicitando e articulando de forma dialética suas relações no contexto econômico, político, social e cultural. Assim, falar de jovens significa estar atento às diversidades que os compõem, sem se deixar levar por um particularismo atomizado, nem tampouco propor soluções que tomem unicamente as dimensões conjunturais.

Os esclarecimentos acima também se mostram pertinentes uma vez que a temática da juventude tem sido palco de inúmeros estudos cuja *performance* contribui para a delimitação de certos consensos, especialmente em torno da problemática formação/emprego para os jovens provenientes das camadas ou frações da classe de trabalhadores assalariados em condições altamente precarizadas e, conseqüentemente, na definição de políticas específicas para os filhos desses trabalhadores. Um exemplo candente está na própria categorização da noção de “juventude em situação de risco e vulnerabilidade social”, amplamente disseminada a partir de documentos norteadores de políticas.

Conforme Abramoway e Castro (2002, p.147):

[...] autores que recorrem hoje ao conceito de vulnerabilidades sociais (Vignoli, 2001; Filgueira, 2001; Arriagada, 2001) indicam a dialética possível no uso do conceito, referindo-se tanto ao negativo, ou seja, a obstáculos para as comunidades, famílias e indivíduos, assim como a riscos, quanto ao positivo, considerando possibilidades, ou a importância de se identificarem “recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos” (VIGNOLI, 2001, p. 58).

Vemos, explicitamente, na definição acima, o quanto o aspecto contingencial adquire centralidade. Longe de esgotarmos o debate que a noção exige, queremos tão somente sublinhar que a categoria *classe social* tem sido secundarizada em nome das ditas “arejadas” perspectivas de análise, uma vez que mais condizentes com as supostas novas configurações das dinâmicas sociais, em especial nos países considerados “em desenvolvimento”, dentre os quais o Brasil. Urge perguntarmos em que momento do capitalismo, modo de produção sob o qual a maior parte do mundo se reproduz, houve a superação da condição fundamental de existência da relação capital-trabalho, qual seja, o antagonismo de classe.

Trabalho e maternidade entre as jovens

Nesta seção, temos como objetivo refletir acerca da maternidade precoce e as condições de trabalho das jovens entrevistadas. Buscamos abordar aspectos que explicitem a condição de inserção profissional colocando em pauta também as relações familiares e a construção do universo social destas mulheres. O recorte realizado para a análise justifica-se por ter nos chamado atenção o fato de haver entre os 11 jovens entrevistados – três do sexo masculino e oito do sexo feminino – o percentual de 100% das jovens que já haviam tido um ou mais filhos,¹⁷ conforme demonstrado na figura abaixo:

¹⁷ A faixa etária das entrevistadas variou de 19 a 35 anos.

Quadro 3 – Idade e número de filhos

Entrevistado	Idade	Nº de Filhos
Leonardo	22	2
Maria	21	1
Antônio	20	0
Ângela	19	1
Amanda	21	1
Larissa	22	3
Rafaela	23	1
Clarissa	23	1
Luana	35	8
Marli	26	2
Anselmo	21	0

Fonte: Elaboração das autoras

Ou seja, dos 11 entrevistados, com idades entre 19 e 35 anos, apenas dois homens ainda não eram pais e todas as mulheres já haviam tido filhos. Assim, diante da visível fragilidade perante a escola, deve-se somar o urgente desafio de sustentar a prole. O depoimento abaixo é bem revelador:

Isso, ai ele (pai) sempre quis que eu me dedicasse mais ao estudo. Tanto é que se eu não tivesse me casado (tido filho), é bem provável que eu estaria numa faculdade agora. Que era isso que o meu pai queria pra mim, né? (AMANDA, 21 anos).

O histórico de reprodução da miséria parece atravessar as gerações, e seus contornos tornam-se ainda mais perversos quando observamos a questão de gênero. Algumas das jovens entrevistadas relatam as dificuldades em conseguir emprego no período em que estavam grávidas, nem sempre demonstram clareza sobre os seus direitos trabalhistas. Segundo a entrevistada:

Comecei a trabalhar com 16 anos, foi no estágio. Fiquei um bom tempo lá, me ajudou bastante e eu tive que sair porque o contrato acabou. Daí eu comecei a trabalhar em lanchonete, restaurante, pra me sustentar melhor né? Porque eu queria mais independência, não queria depender tanto dos meus pais e daí enfim, fiquei anos trabalhando nisso e daí eu engravidei, e não tinha mais como trabalhar né? Por causa da gravidez ninguém me pegava [...] ninguém dá emprego pra grávida, não é sustentável pra eles” (MARIA, 21 anos).

Segundo o depoimento das entrevistadas, após finalizado o período de gestação, o obstáculo passa a residir na dificuldade de encontrar instituições ou pessoas com disponibilidade para cuidar de seus filhos enquanto cumprem a jornada de trabalho.

Ela tem um ano, e daí ela não tem pai, mãe solteira é difícil, arranjar uma babá que cobre barato, de confiança... O berço tá aqui, eu trazia ela todo dia pra cá, então era cansativo porque eu chegava aqui de manhã, daí tinha que acordar ela, ela chorava, era bem cansativo, né? (MARIA, 21 anos).

Outra entrevistada, mãe de três crianças, afirma ter encontrado as mesmas dificuldades em ter acesso a uma instituição que cuidasse de seus filhos:

Até pela condição de deixar meus filhos com alguém, porque tinha que pagar. Aí quando consegui creche que eu comecei a trabalhar. Foi no ano retrasado que passou, que eu consegui acho que os dois. Porque não tinha ninguém pra cuidar deles assim, e não tinha condições de pagar. Porque pagava aluguel. Que nem agora, agora essa aqui é minha casa, né? Essa daqui, né? Que eu e meu marido nós compramos. Aí agora ficou mais fácil porque tem a creche, tem né como a gente se estabelecer melhor. [...] é quando ele for pra creche, o ano que vem em fevereiro, os três vão juntos e eu começo.. já vou pensar em trabalhar já (LARISSA, 22 anos, referindo-se ao filho mais novo).

A expansão da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo nas últimas décadas, combinada à escassez de políticas públicas, obriga as mães a buscarem “alternativas” que nem sempre são fáceis, pois, geralmente, são responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela manutenção da ordem doméstica. Segundo Sorj *et al.* (2007, p. 574) “o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e qualidade da inserção feminina, sobretudo das mães”. Para as autoras, as políticas públicas destinadas à educação infantil, sem dúvida, causam repercussões importantes em todos os segmentos sociais no que se refere à ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, com impacto na renda e

na dilatação da jornada de trabalho. No entanto, são as famílias mais pobres que dependem quase que exclusivamente de tais políticas. Para os grupos privilegiados, essa necessidade é plenamente saciada com a contratação de empregadas domésticas no período oposto ao da escola ou creche que os filhos frequentam, prática incompatível com a realidade de nossas entrevistadas.

Segundo Camarano *et al* (2009, p. 81), o debate acerca da maternidade em idade considerada precoce deve-se ao fato de que “as maiores taxas de fecundidade das adolescentes brasileiras são observadas entre as jovens de camadas mais baixas de renda e de menor escolaridade”. Nesse sentido, ainda que seja possível apontar como uma das causas para essa antecipação do início da atividade materna, a diminuição da idade em que ocorre a primeira relação sexual, segundo Heilborn *et al.* (2006), esse não figura isoladamente como fator causal, tendo em vista que devemos observar atentamente os enfoques de cunho sociológico que analisam a maternidade nessas faixas de idade como busca de novas identidades e o reconhecimento por parte das famílias e das comunidades nas quais essas mulheres estão inseridas. Sob essa perspectiva, a maternidade entre as adolescentes, em muitos casos, trata-se de “uma estratégia para elevar seu papel social, uma vez que a maternidade é um papel social valorizado” (CAMARANO *et al.*, 2009, p. 81). Tal fato fica evidenciado ao observarmos os dados coletados na pesquisa, que demonstram a alta porcentagem de mulheres mães.

Observa-se, a partir dos dados explicitados, que todas as mulheres entrevistadas já haviam dado início à constituição de família (própria), enquanto que, em contrapartida, apenas um dos homens entrevistados tinha filhos. Tal característica indica que existem concepções distintas acerca dessa construção familiar e que, possivelmente, o ato de ter filhos tenha um significado maior na construção da identidade feminina. O que, segundo Heilborn (2006, p. 37), deve-se também ao fato de a maternidade consistir de “um componente muito valorizado da feminilidade, o que se traduz por um ideal presente na sociedade brasileira de ter um filho bastante jovem”.

Visto isso, ressaltamos que a concepção de filhos para essas jovens consiste em um fator ligado não somente à falta de planejamento familiar e ao não uso de métodos anticoncepcionais – uma vez que o acesso e a informação dos méto-

dos contraceptivos aumentaram ao longo das últimas décadas – mas também, e principalmente, à busca de relações afetivas e ao *status* que a maternidade confere a essas mulheres, que passam a pertencer ao mundo adulto a partir da vivência materna, ou seja, “os filhos conferem à mulher seu estatuto de maioridade. Sem eles, elas não se completam” (PAIXAO, 2005, p. 8). São apontados ainda como aspectos motivadores da concepção de filhos em período considerado precoce, além da antecipação da inserção no mundo adulto, o “projeto de vida individual ou conjugal [...] aquisição de status, busca de autonomia, teste da fertilidade (ALLAN GUTMACHER INSTITUTE, 1999; LÊ VAN, 1998; KUKER, 1996 apud BRANDÃO, 2006, p.83) e reparação de carências afetivas precoces (CALDIZ *et al.*, 1994 apud BRANDÃO, 2006, p. 83).

A partir dos elementos anteriormente mencionados, cabe-nos destacar que a trajetória profissional de algumas das jovens entrevistadas teve início diante da necessidade de autonomia financeira e do anseio pelo alcance da independência de maneira geral, somado à vontade de constituição de família própria. Esses aspectos evidenciam uma grande busca de pertencimento ao mundo adulto. Evidentemente que tais “anseios” e “vontades” devem ser apreendidos pela perspectiva de classe social, o que implica a análise das determinações sociais às quais estão sujeitos esses jovens. Conforme explicitado na fala de uma das entrevistadas:

Meu primeiro emprego eu comecei porque daí eu queria ter o meu próprio dinheiro, não precisar depender dos meus pais e até porque eu tinha começado a namorar com o pai dela, daí eu entrei no jornal, comecei a trabalhar (AMANDA, 21 anos).

Os dados levantados em nossa pesquisa, conforme explicitado ao longo deste artigo, sugerem que o ato de conceber filhos contribuiu diretamente para a situação de abandono dos estudos em que se encontravam estas jovens. Fica evidenciado, portanto, que as jovens, em sua maioria, “inscrevem-se em um cenário desenhado por circunstâncias sociais desfavoráveis, nas quais a escola e um projeto de profissionalização não foram capazes de se apresentar como alternativas suficientemente atraentes para descartar a opção de parentalidade nessa etapa da vida” (HEILBORN, 2006, p. 43).

Outro fator apontado como risco a que estão expostas essas jovens mães constitui-se da precária inserção no mercado de trabalho em decorrência da gestação e das responsabilidades maternas. Relatos das jovens que entrevistamos abordam as dificuldades em encontrar ocupações profissionais no período da gravidez, devido à não aceitação por parte dos empregadores. Segundo uma dessas jovens, não há empresas que empreguem mulheres grávidas:

Comecei a trabalhar com 16 anos, foi no estágio. Fiquei um bom tempo lá, me ajudou bastante e eu tive que sair porque o contrato acabou. Daí eu comecei a trabalhar em lanchonete, restaurante, pra me sustentar melhor, né? Porque eu queria mais independência, não queria depender tanto dos meus pais e daí enfim, fiquei anos trabalhando nisso e daí eu engravidei, e não tinha mais como trabalhar, né?), por causa da gravidez ninguém me pegava [...] ninguém dá emprego pra grávida.. Não é sustentável pra eles (empresários) (MARIA, 21 anos).

Observamos também no perfil das entrevistadas a ausência de parceiro no contexto familiar: algumas delas eram mães solteiras e relataram que a falta de um companheiro/a, com quem pudessem dividir as responsabilidades e o cuidado dos filhos, tornava ainda mais difícil a execução das atividades e o cumprimento da jornada de trabalho. Conforme o depoimento:

Ela [a filha] não tem pai, mãe solteira é difícil, arranjar uma babá que cobre barato, de confiança... O berço ta aqui eu trazia ela todo dia pra cá, então era cansativo porque eu chegava aqui de manhã, daí tinha que acordar ela, ela chorava, era bem cansativo, né? (Maria, 21 anos)

A ausência de parceiro, nesse contexto, evidencia o fato de que o cuidado dos filhos continua sendo visto como papel exclusivamente feminino, excluindo o homem de quaisquer obrigações de cuidado da prole. Segundo Heilborn (2006), as mulheres continuam sendo culpabilizadas por engravidar, enquanto os homens são esquecidos ou absolvidos de sua participação no evento, desencadeando, na maioria das vezes, relações em que apenas a mulher cumpre o papel de cuidadora.

Podemos considerar, a partir dos estudos e entrevistas realizadas com oito jovens egressas do programa, que a passagem dessas mulheres no mercado de trabalho, quando ocorre, se dá de forma bastante precária – leia-se vínculos frágeis, dificuldades em conciliar os cuidados da maternidade com o trabalho e dificuldades em pensar perspectivas de formação profissional a curto prazo. As entrevistadas, quando se referiam ao seu futuro profissional, pareciam estar sempre “situadas” em um horizonte distante, devido à impossibilidade de contar com quaisquer auxílios nas tarefas ligadas ao cuidado da família, ou seja, as jovens mães julgavam que só poderiam se dedicar a um aperfeiçoamento profissional e à busca de um bom emprego após o crescimento dos filhos. Segundo o depoimento:

Depois que o meu filho crescer pra depois eu fazer isso. Falta eu estudar e depois fazer um cursinho e **começar minha vida nova**¹⁸ [...] Falta mais tempo pra ficar com o bebê, né, que ela está com um mezinho só. Não tem como deixar ela sozinha agora pra estudar à noite, que aí é trabalho e aula, enquanto ela tá mamando não dá né (CLARISSA, 23 anos).

Corroborando com as análises de Frigotto (2004, p.204) sobre as políticas públicas relacionadas ao trabalho e à educação destinadas aos jovens brasileiros da classe trabalhadora, é preciso ter clareza de que tais políticas constituem-se “no plano econômico-social e ético-político, tão imprescindíveis quanto complexas”, características que exprimem as particularidades da formação social brasileira. Para o autor, a imprescindibilidade é proveniente da necessidade de milhares de jovens em ter que garantir a sobrevivência, ingressando precocemente no mercado de trabalho, e a complexidade é resultante da estrutura da economia e da cultura da elite brasileira, cuja atuação ocorre de maneira subordinada aos centros hegemônicos do capital.

Considerações Finais

A análise das entrevistas realizadas com os jovens egressos do Consórcio Social da Juventude da Região da grande Florianópolis – Aroeira, acerca de sua inserção profissional, revela que o

18 Grifo nosso.

trabalho para esses jovens pode ser apreendido a partir de duas perspectivas que se constituem por elementos tanto de afirmação quanto de negação. Ou seja, de um lado, a expressão do sentimento de impotência diante das adversidades às quais são diuturnamente submetidos indica “a desistência do trabalho”. De outra parte, “a resistência no trabalho” também se coloca presente, uma vez que esse é considerado como lugar de aprendizagem, de realização e crescimento pessoal.

As reflexões advindas deste estudo permitem-nos ainda auferir que as políticas públicas voltadas à juventude apontam, em nossa compreensão, para uma configuração voltada à manutenção de determinada ordem social em detrimento de uma política de princípio universalista, cujo ideal de formação esteja ancorado na emancipação humana. Do contrário, o que observamos é o forte atrelamento entre qualificação e inserção precária no mercado de trabalho. Tal fato torna-se ainda mais evidente a partir da constatação de que existia, dentre os jovens entrevistados nesta pesquisa, um número pouco considerável de trabalhadores que haviam superado a condição de obtenção de sustento a partir de empregos não formais ou de ocupações ligadas ao trabalho braçal.

De acordo com Frigotto (2004, p.194), supor que o problema da juventude seja de conjuntura pode conduzir ao delineamento de políticas públicas focalizadas e de natureza filantrópica ou ainda de “administração da pobreza”, desconsiderando políticas que são inseparáveis das estruturas produtoras de desigualdades.

Destacamos também que a realização de uma análise aprofundada acerca da situação laboral das mulheres mães e cuidadoras que fizeram parte deste estudo pareceu-nos indispensável, uma vez observado que, para essas jovens, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho colocam-se de forma ainda mais acentuada. Os depoimentos coletados em entrevistas evidenciavam a luta diária destas trabalhadoras que têm, somado a pouca experiência e qualificação profissional precária, as funções e obrigações de mães e provedoras do lar.

Finalmente, acreditamos ser possível afirmar que as jovens que fizeram parte deste estudo encontram-se em um eterno processo de “moratória profissional”. Uma vez que se posicionam constantemente à espera de algum fator impulsionador que torne possível seu crescimento profissional, e, por esse motivo, acabam sempre adiando as iniciativas que tornariam “palpável” a concretização de uma trajetória que considere adequada aos seus projetos pessoais e profissionais.

Ressaltamos, no entanto, que tal adiamento não pode ser visto como uma simples omissão por parte das jovens em relação ao seu futuro profissional, mas como a expressão da ausência de políticas públicas universalistas que garantam a permanência em um sistema de ensino de qualidade, aliadas a uma política de emprego e renda que ultrapasse a visão meramente focalizada e provisória, que, via de regra, tem sustentado as ações destinadas ao segmento juvenil.

Referências

- ABRAMOVAY, M e CASTRO, M. G jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 143-176, jul. 2002.
- ANTUNES, R e ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351. Maio/ago. 2004.
- BARBOSA, C. S., DELUIZ, N. Qualificação Profissional de Jovens e Adultos Trabalhadores: O Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego em Discussão. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, jan./abr. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 71-79.
- BRANDÃO, E. R. *Gravidez na Adolescência: um Balanço Bibliográfico*. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (OrgS). *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p. 61-95.
- CAMARANO, A. A.; MELLO, J.; KANSO, S. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, J.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- CORROCHANO, M. C. et al. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008.
- DIEESE (2011). Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: juventude. 3. ed./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo.
- FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso. In: CIAVATTA, M. e TIRIBA, L. (Orgs.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011, p.99-133.
- _____. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P.(Orgs.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 180-216.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- HEILBORN, M. L. Experiência da Sexualidade, Reprodução e Trajetórias Biográficas Juvenis. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p. 29-59.
- HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.
- MARX, K. Processo de Trabalho e processo de Valorização. In: _____. *O Capital: crítica da Economia política*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, v. I. cap. V, 1988 (Col. Os Economistas).
- MÉSZAROS, I. Para além do capital. *Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002. 1104 p.*
- MONTAÑO. C. *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5 ed. São Paulo:Cortez, 2008.
- PAIXAO, L. P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v.35, n. 124, p. 141-170, 2005.
- RUMMERT, S. M. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175-208, jan./jun. 2008.
- SEGNINI, R. P. L. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n.2, p. 72-81, 2000.
- SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter: Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, E. R. A. e ANDRADE, C. C. A Política Nacional De Juventude: Avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A. et. al. (org.) *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. p. 41-70.
- SILVA, M. M. Percursos profissionais e a justeza das políticas públicas de inclusão e qualificação: O público alvo do Projovem Trabalhador. In: SILVA, M.M; EVANGELISTA, O e QUARTIERO, E. M. (Orgs.) *Jovens, Trabalho e Educação: a conexão subalterna de formação para o capital*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012, p. 71-110.
- SORJ, B., FONTES, A. MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n.132, p.573-594, dez. 2007.
- THIN, D. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 11, n. 32, p. 211-225, 2006.

Sobre as autoras

Mariléia Maria da Silva é Doutora em Educação. Professora no Departamento de Ciências Humanas e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina(UEDESC). Atua na área de Política Educacional e Trabalho e Educação. Atualmente desenvolve a pesquisa “ A inserção profissional dos egressos do Projovem Trabalhador”, com financiamento da FAPESC/CNPQ. E-mail: marileiamaria@hotmail.com Endereço para correspondência: Rua Florenza, nº 75, apto 406. Córrego Grande. Florianópolis/SC. Cep: 88037-632

Pâmela Regina Jung é mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina e bolsista CAPES, atuando principalmente nas temáticas *Juventude e trabalho*. Endereço para correspondência: Rua Salomé Damazio Jacques, nº 58, Ap 24, bairro Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88036-650. Email: pamejung@gmail.com.

Leticia Vieira é graduanda da 8ª fase do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina e bolsista PIBIC/CNPq, atuando principalmente nas temáticas *trajetórias sociais e mulheres*. Endereço para correspondência: Rua Venidiomar Krug, nº. 36, bairro Estreito, cidade de Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88075-140. Email: leeevieira@hotmail.com

Recebido em: 10.10.2012

Aceito para publicação em: 08.11.2012